

PROJETOS DE ASSENTAMENTO E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA ZONA DA MATA PARAIBANA

Ivan Targino¹
Emilia Moreira²
Marilda Menezes³

Resumo: O trabalho analisa as alterações nas relações entre campo e cidade na Zona da Mata Paraibana a partir da implantação dos Projetos de Assentamento. O estudo está baseado tanto em dados secundários, quanto em informações primárias. A exposição está dividida em cinco partes. Na primeira, são feitas algumas considerações teórico-históricas sobre as relações campo-cidade ao longo do desenvolvimento capitalista, em geral, e do processo de formação do Nordeste brasileiro, em particular. A segunda parte trata da exposição dessa relação na Zona da Mata Paraibana. A terceira aborda a dimensão da intervenção estatal na estrutura agrária regional. A quarta discute os impactos da criação dos Projetos de Assentamento na relação campo-cidade, tratando-se, portanto, do núcleo central do artigo.

Palavras-chave: Reforma agrária. Relação campo-cidade. Paraíba.
Classificação JEL: Q15

Abstract: This article analyzes the transformations in the relations between country and city at the Zona da Mata in the State of Paraíba caused by the establishments of land reform settlements. The study is based both on secondary data and primary informations. The development of the article is structured in five parts. First, we write some theoretical and historical ideas on the relations between country and city through capitalist development. The second part deals with this relation in the Zona da Mata, State of Paraíba. The third part analyses the magnitude

¹ Professor do Departamento de Economia da UFPB.

² Professora do Departamento de Geociências da UFPB.

³ Professora do Departamento de Sociologia da UFCG.

of state intervention in the regional agrarian structure. The fourth part analyses the impacts of Land Reform Settlements in the relations between country and city, which is the central theme of this article.

Keywords: Land reform. Town-country relationship. Paraíba.

JEL codice: Q15

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é analisar as alterações provocadas nas relações entre campo e cidade na Zona da Mata Paraibana a partir da implantação dos Projetos de Assentamento, tomando como locus de observação da análise os municípios de Sapé, Alhandra e Pedras de Fogo.

As discussões aqui desenvolvidas estão baseadas tanto em dados secundários, quanto em informações primárias, colhidas através de diferentes instrumentos de coleta de dados, indo desde a observação de campo até instrumentos mais formalizados como realização de entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários. As entrevistas foram feitas com prefeitos, secretários municipais, comerciantes, feirantes, representantes dos movimentos sociais (federações de trabalhadores, sindicatos, CPT, MST e outros), trabalhadores rurais e pessoas das cidades que fazem compras nas feiras livres locais. Parte expressiva dessas informações foi colhida no quadro da pesquisa "Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas"⁴,

⁴ Atividade conjunta desenvolvida pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), e pelo Núcleo de Antropologia da Política, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUAP/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ), a partir de um convênio firmado entre a Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade (Redes) e o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (IIICA/NEAD). A pesquisa foi coordenada em nível nacional por Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Sérgio Leite e Rosângela Cintrão. Em nível do Nordeste, a pesquisa foi coordenada por Emília Moreira e Marilda Menezes.

realizada em outubro de 2000, e atualizada através de recentes visitas de campo aos assentamentos localizados nesses municípios.

A exposição está dividida em cinco partes. Na primeira, são feitas algumas considerações teórico-históricas sobre as relações campo-cidade ao longo do desenvolvimento capitalista, em geral, e do processo de formação do Nordeste brasileiro, em particular. A segunda parte trata da exposição dessa relação na Zona da Mata Paraibana. A terceira aborda a dimensão da intervenção estatal na estrutura agrária regional. A quarta discute os impactos da criação dos Projetos de Assentamento na relação campo-cidade, tratando-se, portanto, do núcleo central do artigo. A última sessão expõe as considerações finais do trabalho.

I CIDADE E CAMPO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-HISTÓRICAS

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, particularmente com a consolidação da revolução industrial, os limites entre campo e cidade foram sendo nitidamente estabelecidos. Mais do que isso, estabeleceram-se relações de subordinação entre os dois espaços, na medida em que o urbano tornou-se o lócus privilegiado da acumulação capitalista. Inicialmente, sob o comando do capital comercial e, na seqüência, sob o capital industrial. Assim, ao campo cabiam as funções: a) de produção de alimentos para a população urbana a preços que permitissem o rebaixamento dos níveis salariais, reduzindo o custo de reprodução da força-de-trabalho; b) de produção de matérias-primas que alimentassem a produção industrial, quer procedentes do território nacional, quer procedentes dos territórios subordinados; c) transferência de mais-valia sob a forma da renda da terra, da deterioração da relação de troca entre os preços dos bens primários em relação aos bens industrializados e dos serviços, e ainda sob a forma de divisas; d) transferência de mão-de-obra para alimentar a oferta de trabalho urbana, pressionando para baixo os níveis salariais, movimento que foi particularmente intenso durante a fase da acumulação primitiva nos países hoje desenvolvidos e; e) constituir um mercado para os produtos industrializados (bens de consumo finais, bens intermediários e bens de capital). Essas vinculações para frente e para trás da agricultura com a indústria fortaleceram-se, particularmente,

ao longo do século XX, com a industrialização da agricultura e a formação e consolidação dos chamados complexos agro-industriais.

No final do século XX, contudo, a distinção entre o urbano e o rural que já parecia consolidada passa por uma brusca transformação, de modo que rural e agropecuário já não se confundem. Para isso, concorreu uma série de fatores dentre os quais podem ser lembrados: a) a permanência da pequena unidade de produção agropecuária e o aprofundamento da sua multifuncionalidade; b) a valorização cultural dos espaços não-urbanos como sinônimo de qualidade de vida; c) o avanço tecnológico, particularmente, da telemática e de sua vulgarização através da internet e dos PC's (computadores pessoais), que reduziu as distâncias e introduziu os chamados espaços virtuais. Isto, contudo, não significa que se acabaram as diferenciações entre rural e urbano, apenas que os limites não são mais tão nítidos quanto anteriormente.

Qual o panorama das relações campo-cidade na Zona da Mata Paraibana? Como se sabe, esse espaço foi construído sob a égide do "exclusivismo colonial", assentado na monocultura canavieira, no trabalho escravo e no monopólio fundiário. A predominância econômica do campo era de tal monta que se chegou até mesmo a falar em anti-urbanismo colonial. Evidentemente, que tal conclusão é excessiva, como afirmava o Prof. Pinchas Geiger no seu trabalho "Evolução da rede urbana brasileira", publicado pelo IBGE em 1963. Se, de um lado, o espaço urbano colonial refletia a supremacia das atividades agrícolas, por outro lado, ele era também o espaço que estruturava a dominação metropolitana, refletindo as três dimensões básicas da dominação colonial: a função administrativa (dominação política), a função de escoamento da produção (dominação econômica) e a função educacional-religiosa (dominação cultural-ideológica).

A estruturação do espaço tanto rural quanto urbano, portanto, de toda a Zona da Mata Paraibana subordinou-se à lógica de "espaço alienado" segundo a expressão de Isnard (1978). Como a lavoura canavieira desenvolveu-se seguindo as várzeas dos rios Mamanguape, Paraíba, Abiaí e seus afluentes, as cidades também percorrerem o mesmo trajeto. No campo, ao domínio canavieiro correspondeu uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Herança que permanece até os dias atuais, quando são encontrados índices de Gini de concentração fundiária, via de regra, superiores a 0,8, elevando-se em alguns muni-

cípios (como em Cruz de Espírito Santo) acima de 0,9. Nessa estrutura concentrada, a pequena propriedade ocupava uma posição marginal e sua persistência deveu-se tanto ao processo de fracionamento hereditário quanto a sua funcionalidade na dinâmica do monopólio canavieiro, como bem explorou Wanderley em sua tese de doutoramento (1975). Só nas áreas de contato entre a Zona da Mata e o Agreste, como é o caso dos municípios de Sapé e Mari, onde a dominação da cana não foi completa, é que a pequena produção ocupou um lugar mais importante.

Interessante observar que o dinamismo das cidades dessa região, à exceção da área de influência direta de João Pessoa (Santa Rita, Bayeux, Cabedelo) desde o início da colonização até recentemente, esteve estreitamente relacionado com a dinâmica da exploração canavieira. Quanto mais completo o domínio, menor a dimensão das cidades e menor o seu dinamismo. Vale dizer que os espaços urbanos eram mais dinâmicos à medida que outros fatores influenciavam na sua estruturação que não exclusivamente a exploração canavieira: articulação viária e ferroviária, maior presença da policultura ligada às pequenas e médias propriedades, sistema educacional, etc.

Até a primeira metade do século XX, o espaço rural dessa porção do território estadual esteve estritamente subordinado ao dinamismo da atividade canavieira. As transformações mais fortes ocorridas se deram no final do século XIX e início do século XX com a introdução do sistema de engenhos centrais e, posteriormente, do sistema usina e com a substituição do trabalho escravo pelo sistema de morada (ANDRADE, 1986; MELO, 1975).

A partir dos anos sessenta do século XX, com maior intensidade nos anos setenta, verifica-se nessa região o crescimento do êxodo rural, motivado inicialmente por condicionantes políticos (repressão às Ligas Camponesas após o golpe militar de 64⁵) e jurídicos (promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – 1963- e do Estatuto da Terra

⁵Sobre o movimento camponês na Paraíba e sua repressão após o golpe militar de 1964, podem ser consultadas as seguintes obras: Lemos (1996), Bandeira, Miele e Godoy (1997), Benevides (1985).

– 64). Com a implantação do Proalcool, em 1975, aos fatores políticos e jurídicos de intensificação do êxodo rural vai juntar-se o condicionante econômico. Com efeito, o Proalcool permitiu que a cana extrapolasse os limites das várzeas dos rios e subisse os tabuleiros, expandindo o seu domínio e acentuando o exclusivismo canavieiro nas formas de uso do solo. Com isso uma nova forma de articulação campo-cidade vai ser constatada na Zona da Mata.

A cidade e os núcleos rurais de habitat concentrado (distritos, agrovilas, etc) passam a ser o lugar de residência de parcela considerável da força de trabalho rural. Ampliam-se as periferias urbanas, transformando-se em verdadeiros cinturões de pobreza, senão de miséria, definidores dos limites das cidades. Com isso, a sazonalidade da renda e do emprego que eram características típicas de áreas rurais incorporam-se à dinâmica dos espaços urbanos.

2 DA CONSTITUIÇÃO A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA ZONA DA MATA PARAIBANA

Como visto anteriormente, a colonização portuguesa no Brasil foi um empreendimento agrário-mercantil, fundado na grande propriedade, na monocultura e na escravidão. O engenho era não só a unidade produtiva básica, como também a unidade sócio-política fundamental da estrutura colonial. Ele era auto-suficiente em relação ao provisionamento de víveres e de produtos artesanais (PRADO, 1933). O que não era produzido pelo engenho era importado da metrópole. Os senhores de engenho detinham tanto o controle econômico da colônia quanto o controle político. Os seus poderes, quase absolutos nos limites de suas propriedades, não se encontravam restritos a esses limites. Ele também controlavam as câmaras, instância de intermediação entre a Coroa e a administração local.

Que lugar ocupa o fato urbano nessa estrutura sócio-econômica? Alguns autores negam a possibilidade de sua manifestação, chegando a elaborar a teoria do anti-urbanismo colonial (GEIGER, 1963). Para os que adotam esta teoria, na estrutura colonial, não haveria lugar para o fenômeno urbano. Em uma tentativa de refutar esta abordagem, podem ser feitas as seguintes observações:

- a) o anti-urbanismo colonial seria uma consequência do modo de produção feudal transposto para o Nordeste com a implantação da plantation açucareira. Ora, a teoria da “transferência do feudalismo” encontra sérias críticas. A este respeito, Caio Prado observa que “podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como uma figura retórica, mas absolutamente não para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval” (1933, p. 26-27). Na verdade, a colonização do Brasil deu-se centrada na produção de um excedente a ser comercializado no mercado europeu, portanto, em um contexto econômico bastante diferente do que vigorava na idade média européia;
- b) ainda que a maior parte dos primeiros embriões urbanos da zona açucareira refletisse a exclusividade produtiva e a dominação sócio-econômica dos engenhos, não passando de pequenas aglomerações, no máximo vilarejos, não se pode desconhecer que eles também reproduziam a dominação metropolitana, cujos principais elementos eram a burocracia, o comércio e a religião. Sobre estes três elementos de dominação metropolitana vão se desenvolver as três principais funções das cidades coloniais: a função administrativa, a função comercial-portuária e a função educacional-religiosa. Portanto, se não houve um desenvolvimento urbano no período inicial da colonização, isto não exprime um anti-urbanismo colonial, pois os elementos de desenvolvimento posterior já estavam presentes. À medida que se consolida e se aprofunda a exploração colonial-mercantilista, os elementos da dominação metropolitana passam a desempenhar um papel mais marcante do que os elementos da dominação rural na formação do espaço urbano do Nordeste açucareiro. É o que se registra a partir da segunda metade do século XVII através da luta entre governadores de província e as “câmeras” (PRADO, 1933, p.71-74), do aumento da população urbana, do crescimento comercial, etc. Os chamados movimentos nativistas foram o principal produto desse choque de interesses;

- c) outro argumento freqüentemente arrolado contra o anti-urbanismo colonial é que as principais cidades do Nordeste foram fundadas naquela época (GEIGER, 1963, p.86). As principais cidades localizavam-se nas áreas da agricultura de exportação, onde eram mais fortes a dominação e a exploração da metrópole portuguesa, confirmando a função que desempenhavam na estratégia de extração do excedente colonial.

A importância das cidades dependia, portanto, da posição que ocupavam na estrutura de dominação metropolitana. A partir desse critério, é possível distinguir três grupos de cidades: a) o primeiro grupo, composto pelas cidades capitais de província e portos marítimos, onde eram mais desenvolvidas as três funções acima referenciadas. Situam-se nesse grupo as cidades de Olinda-Recife, Salvador, João Pessoa, São Luís, São Cristóvão, etc.; b) o segundo engloba aquelas cidades do Nordeste açucareiro que tiveram certo dinamismo em virtude de possuírem portos fluviais e, por conseguinte, desempenharam a função de entrepostos comerciais entre as zonas produtoras e os portos marítimos. É o caso de Mamanguape na Paraíba, Goiana, Igarassu e Rio Formoso em Pernambuco, etc. e; c) além destes dois tipos de centros urbanos, a exploração açucareira permitiu o aparecimento de numerosos centros urbanos onde a dominação do campo era muito forte, sendo bastante tênue a presença da metrópole. Nestes centros, a função religiosa-educacional foi um dos seus elementos de sustentação.

Em resumo, apesar da auto-suficiência relativa dos engenhos em relação ao provisionamento de alimentos e de produtos artesanais e do poder local dos senhores de engenho, a estrutura urbana nascente não pode ser reduzida a um simples apêndice da Casa Grande.

Se a lavoura canieira concentrou a população e as cidades na Zona da Mata, a atividade criatória espalhou pela região semi-árida as fazendas e os pequenos núcleos urbanos. A partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento da cotonicultura imprimiu maior dinamismo a esses núcleos, particularmente àqueles que passaram a desempenhar função polarizadora na compra e beneficiamento do algodão.

Na Paraíba, a marca da exploração colonial centrada na lavoura canieira e subsidiariamente na pecuária também se reflete na

rede urbana. De um lado, os núcleos urbanos foram se espalhando ao longo dos vales dos rios, seguindo o caminho da penetração e da expansão dos engenhos. De outro, a partir do século XVII, a penetração do gado vai polvilhar de fazendas o semi-árido, embrião da maioria das cidades que foram fundadas no Sertão e no Agreste. Desse processo resultou um padrão urbano que se tornava mais denso em quantidade e em complexidade à medida que se caminha do Sertão para o Litoral (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Esta herança histórica ainda se reflete na malha urbana estadual, como se pode observar a partir dos dados do censo demográfico de 2000. A distribuição das cidades⁶ paraibanas segundo o tamanho por mesorregião está apresentada na tabela 1.

Da observação dos dados contidos na TAB.1, alguns aspectos merecem ser realçados na distribuição espacial das cidades paraibanas, quais sejam:

a) a grande maioria das cidades paraibanas (82,5%) é constituída de núcleos bastante pequenos. Das 184 cidades com menos de 10 mil habitantes, quase dois terços (60,8%) estão situadas nas mesorregiões da Borborema e do Sertão, as que sofrem mais fortemente as condições de semi-aridez. Das 127 cidades localizadas nessas duas mesorregiões, apenas 5 têm mais de 20 mil habitantes, destacando-se as cidades de Patos, Souza e Cajazeiras;

b) no Agreste, área de transição entre o sertão e a Zona da Mata, é levemente menor o percentual das pequenas cidades. Apenas duas têm mais de 30 mil habitantes: Guarabira e Campina Grande. Esta última deve ser ressaltada por se tratar da segunda mais importante concentração urbana da Paraíba;

c) na Zona da Mata, as pequenas cidades são relativamente menos numerosas e ocorre a presença dos núcleos urbanos maiores.

⁶ Adota-se aqui a mesma definição de “cidade” do IBGE, isto é, a sede municipal. Isto não implica em desconhecimento da discussão a respeito do que seja efetivamente urbano na realidade nordestina, uma vez que a quase totalidade das pequenas cidades não apresenta uma dinâmica propriamente urbana tanto do ponto de vista econômico quanto social e cultural.

Das treze cidades com mais de 20 mil habitantes da Paraíba, seis cidades estão situadas nessa mesorregião, inclusive a capital do Estado.

Tabela 1: PARAÍBA - Distribuição das cidades segundo o tamanho* por mesorregião – 2000

Tamanho*	Mata		Agreste		Borborema		Sertão		Total	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Até 10	19	63,4	54	81,9	40	90,9	71	85,6	184	82,5
10 – 20	5	16,7	10	15,1	4	9,1	7	8,4	26	11,7
20 – 50	3	10,0	1	1,5	-	-	4	4,8	8	3,6
50 – 100	1	3,3	-	-	-	-	1	1,2	2	0,9
100 e +	2	6,6	1	1,5	-	-	-	-	3	1,3
Total	30	100,0	66	100,00	44	100,0	83	100,0	223	100,0

Fonte: FIBGE – Censo Demográfico, 2000.

Nota*: Tamanho da população em mil habitantes.

Com o fim do modelo agro-exportador, as cidades situadas na Zona da Mata reciclaram as suas funções, na medida em que a cana-de-açúcar reduziu o seu peso na geração da renda estadual e, concomitantemente, aumentou a importância das atividades terciárias e industriais. Porém, naqueles municípios onde permaneceu o predomínio da cana na organização das formas de uso do solo, os reflexos da monocultura são percebidos no pouco dinamismo das atividades urbanas, sobretudo nos municípios cujo núcleo urbano não é superior a vinte mil habitantes. É sobre a estrutura urbana desses municípios que serão sentidos com maior intensidade os efeitos da ação fundiária do Estado, como será visto no item seguinte deste trabalho.

3 AÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO NA ZONA DA MATA PARAIBANA

De 1967 até 2001, foram criados pelo INCRA e pelo Instituto de Terras do Estado da Paraíba (INTERPA), 201 Projetos de Assentamento no estado da Paraíba, em uma área de 152.050,4 hectares onde foram assentadas 12.041 famílias. Desses Projetos, 64 (31,8%) localizam-se na Zona da Mata em uma área de 63.987,10 hectares (42,1% do

total da área dos assentamentos criados no estado) onde foram assentadas 6.794 famílias (56,5% das famílias assentadas no período).

A primeira área desapropriada no estado situa-se na Zona da Mata, no município de Mamanguape. Foram 18.742 hectares pertencentes à Fábrica de Tecidos Rio Tinto que deu origem, em 1967, ao Projeto Integrado de Colonização de Rio Tinto (PIC-Rio Tinto) onde foram instaladas 1.177 famílias. Grande parte das terras desse Projeto já foi reincorporada ao latifúndio através da venda dos lotes. Duas outras áreas foram desapropriadas na região durante o Governo Militar, Mucatu e Jaque, que já estão “emancipadas”⁷. A desapropriação dessas duas áreas foi resultado da luta de resistência dos trabalhadores rurais contra o processo de expulsão desencadeado com a implantação do PROAL-COOL⁸. Todos os demais Projetos de Assentamento foram instalados depois de 1985.

O período de 1995 a 2001 destaca-se como aquele no qual se deu a criação pelo INCRA do maior número de Projetos de Assentamentos no estado: 156 PA's, o que representa 78,8% de todos os Assentamentos criados no Estado desde a instalação do PIC Rio Tinto em 1967. Foi também aquele em que o INCRA assentou o maior número de famílias (8.364 famílias, isto é, 69,5% de todas as famílias assentadas no estado desde 1965). A área distribuída nesse período (117.064,9 hectares) representa 72,4% do total da área distribuída pelo INCRA no estado até o ano de 2001.

Na Zona da Mata, entre 1995 e 2001, foram criados 51 dos 64 Projetos de Assentamento instalados desde 1967 na região (78,1%) em uma área de 32.849,5 hectares e onde foram instaladas 4.801 famílias. Merece destaque o período de 1995-1996, quando foram instalados 35 PA's (68,6% dos PA's criados no período).

⁷O Projeto de Assentamento de Mucatu, recentemente emancipado, encontra-se com as terras ameaçadas de serem leiloadas pelo Banco do Nordeste em consequência do não pagamento dos empréstimos contraídos e que não têm conseguido quitar.

⁸ É exemplar o caso de Mucatu (MOREIRA, 1997).

Os 64 Projetos de Assentamentos instalados na Zona da Mata Paraibana até 2001 estão distribuídos em 18 dos 30 municípios existentes na região (v. tabela 1), todos, à exceção de Sapé, com menos de 20 mil habitantes no seu núcleo urbano. Merecem destaque os municípios de Pedras de Fogo, Cruz do Espírito Santo, Sapé, Conde, Pitimbu e Alhandra por concentrarem 84,4% do total dos PA's criados na região, 60,1% das famílias assentadas e 50,4% da área ocupada pelos assentamentos ali instalados (v. tabela 2).

Tabela 2: ZONA DA MATA PARAIBANA - Distribuição dos projetos de assentamento segundo os municípios.

Município	PA	Famílias	Área (ha)	Ano de criação
Conde	Barra de Gramame	80	772.2	1995
	Capim Assu	14	32.1	1995
	Dona Antonia	117	1122	1996
	Frei Anastácio	19	162.0	1998
	Guruji II	94	593.0	1992
	Paripe III	24	137.3	1995
	Rick Charles	62	338	1997
Lucena	Estiva do Geraldo	93	468.1	1995
	Oiteiro de Miranda	119	653.7	1999
Santa Rita	Águas Turvas	35	374.1	1987
Capim	Manoel Bento	33	193	1996
	Paulo Gomes	24	120	1996
Jacaraú	Boa Esperança	50	575.4	1998
	Jacaratea	18	124.3	1987
	Novo Salvador	136	982.9	1998
Mamanguape	Pic Rio Tinto	1.177	18742.0	1967
Rio Tinto	Campart II	121	1883.9	1980

(continua...)

...(continuação)

Alhandra	Árvore Alta	255	1320.6	1995
	Mucatu	208	7.865,0	1976
	Faz. Sto Antonio	22	125.0	2001
	Litoral Sul	22	101.0	1998
	Salgadinho	9	58.2	1988
	Subaúma	106	565.9	1988
Caaporã	Capim de Cheiro	134	507.7	1995
	Muitos Rios	29	416.5	1995
Pedras de Fogo	Campo Verde	227	952.9	1996
	Corvoada I	42	152.6	1996
	Corvoadas	35	153.6	1993
	Engenho Novo	40	311.0	1993
	Engenho Novo II	62	348.4	1995
	Fazendinha	91	598.6	1992
	Itabatinga	114	660.1	1996
	Nova Aurora	108	407.5	1996
	Nova Tatiane	28	209.8	1995
	Santa Terezinha	67	440.4	1996
Pitimbu	1º de Março	40	275.0	1995
	Apasa	174	1130.8	1995
	Camucim	40	285.3	1992
	Nova Vida	165	906.1	1995
	Sede Velha do Abiaí	52	325.8	1995
	Teixeirinha	37	248,7	1995
Cruz do Espírito Santo	Campos de S. Mudas	46	200.0	1996
	Canudos	134	1231.4	1998
	Dona Helena	108	726.3	1996
	Engenho Santana	63	370.6	1995
	Jaque	131	300.0	1981
	Massangana I	156	991.4	1996
	Massangana II	198	1300.9	1996
	Massangana III	161	816.9	1996
Santana II	58	370	1996	
Mari	Tiradentes	151	1397.4	2000

(continua...)

...(continuação)

Pilar	Barra de São José	14	48.2	1996
Riachão do Poço	Chico Mendes	177	1062.1	1999
São Miguel de Taipu	Amarela 1	61	523,3	1995
	Amarela 2	46	523.4	1995
	Antonio Conselheiro	156	946.3	2000
	Novo Taipu	85	755.8	1998
Sapé	21 de Abril	98	362.0	1996
	Boa Vista	122	1165,0	1996
	Padre Gino	86	466.3	1996
	Rainha dos Anjos	50	387.3	1999
	Santa Helena	236	3251.9	1998
	Vida Nova	80	505.0	1997
Sobrado	Nova Vivência	54	645.1	1998
Total	64 PA's	6.794	63.987,10	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – 2002; INCRA, 2001; INTERPA, 2001.

A criação desses assentamentos foi responsável por importantes mudanças na organização do espaço agrário, refletidas: a) na melhoria do padrão distributivo da propriedade fundiária nos municípios onde foi mais intenso o processo de desapropriação, isto é, naqueles onde é maior o número de PA's criados; b) na produção agropecuária, principalmente pelo crescimento da agricultura de alimentos básicos sobre áreas de tradição canavieira e pela diversificação da produção agrícola com a introdução de novas culturas; c) na paisagem, pela transformação de campos de cana em campos de lavoura alimentar, pela multiplicação de habitações, onde até bem pouco tempo o homem era ausente, pela ampliação do número de escolas rurais, pela expansão da energia elétrica no campo, pela melhoria de estradas, etc.

No que tange ao espaço urbano, as repercussões da criação de assentamentos rurais são percebidas principalmente nas cidades mais fortemente por eles polarizadas e se expressam através: a) do cresci-

mento da circulação de pessoas e mercadorias nas sedes municipais; b) da ampliação dos serviços e equipamentos urbanos, com destaque para os serviços de educação e de saúde; c) no aumento do dinamismo do comércio e das feiras livres.

Estetralhohpreocupa-se em analisar as repercussões da criação de assentamentos rurais sobre o espaço urbano na Zona da Mata paraibana, através do estudo das feiras livres e da atividade comercial de três cidades: Sapé, Pedras de Fogo e Alhandra.

4 IMPACTOS DA POLÍTICA FUNDIÁRIA SOBRE O ESPAÇO URBANO: O CASO DAS FEIRAS LIVRES E DO COMÉRCIO DE SAPÉ, PEDRAS DE FOGO E ALHANDRA.

Numa tentativa de apreender os elementos essenciais para conceituar a chamada "feira livre", Galvão a define como:

"... um espaço onde um grupo de pessoas (feirantes) realiza suas estratégias de sobrevivência, exercendo trabalhos de revenda de produtos, principalmente alimentícios, onde pessoas das mais distintas classes sociais se abastecem e um lugar onde o capital comercial exerce domínio aproveitando-se dos espaços conquistados em função do processo desordenado de desenvolvimento posto em prática na região" (GALVÃO, 1994: p.2).

Nas pequenas cidades do Nordeste, a feira se constitui no "mercado para as trocas excedentárias da pequena produção não-capitalista" (GALVÃO, 1994: p.4). Tradicionalmente ela ocorre em um ou dois dias da semana em áreas situadas na porção central das cidades (praças, ruas, proximidade das igrejas) e para ela converge tanto os pequenos produtores, como feirantes de áreas diversas e a população local ou circunvizinha para fazer suas compras. A realização da feira muda a rotina da cidade. Maia descreve essa quebra do cotidiano produzido pelas feiras da seguinte maneira:

“No dia de feira, a cidade acorda de forma diferente, pois ela é toda movimento. São feirantes que chegam com suas mercadorias em carroças, caminhões e camionetas; são homens que armam as suas barracas, cavaleiros que aportam na cidade e amarram seus cavalos no entorno da feira. De longe, escuta-se o vozerio e as conversas animadas. É o dia do encontro na cidade.” (MAIA, 2001: p.214)

O comércio das cidades com menos de vinte mil habitantes gira em torno de produtos de primeira necessidade, sendo constituído por bodegas, lojas de tecidos e de utensílios domésticos, farmácias e panificadoras (que detêm tanto a função comercial como de transformação). Nas cidades com população entre vinte e cinquenta mil habitantes já se observa uma diversificação maior dos estabelecimentos comerciais, com lojas de produtos especializados (de móveis, eletrodomésticos, produtos agropecuários, etc).

O processo de “modernização conservadora” da agricultura na medida em que promoveu a intensificação do êxodo rural bem como a destruição de formas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas (arrendamento, parceria, morada, posse) e a ampliação do trabalho assalariado, particularmente o assalariado temporário, repercutiu na dinâmica das feiras livres e do comércio da região.

De um lado, a retração da produção de alimentos decorrente da sua substituição pela cana-de-açúcar reduziu a oferta de produtos vegetais e animais oriundos da pequena produção agropecuária, contribuindo para o aumento dos preços dos produtos nas feiras. De outro lado, o aumento do fluxo de trabalhadores de várias regiões do estado e até de outros estados durante o período de colheita da cana para aqueles municípios onde se localizavam as usinas e destilarias como Pedras de Fogo e Sapé e/ou que, além disso, detêm também a função de pólo regional, aumentou o mercado consumidor e promoveu um maior dinamismo nas feiras livres e no comércio local refletido no aumento dos dias de feira e na ampliação do número e na diversidade de estabelecimentos comerciais.

A crise do Proalcool, o subsequente fechamento das usinas tradicionais da região e o desemprego maciço daí resultante promoveram impactos negativos sobre essas atividades. No final dos anos 80 e início dos anos 90, observou-se uma desaceleração da atividade comercial e das feiras, sobretudo nos municípios onde se localizavam as usinas de açúcar que faliram e naqueles situados no seu entorno que também eram por elas polarizados. Informações colhidas nos censos econômicos do IBGE e em pesquisas de campo dão conta da estagnação do processo de crescimento do número de estabelecimentos comerciais em várias cidades da região e da redução não só do número de dias de feira como do seu tempo de funcionamento e da sua dimensão (MOREIRA et al., 1995).

A multiplicação de Projetos de Assentamento, criados a partir de 1995 na região, teria contribuído de alguma forma para alterar esse quadro? Essa é uma das questões que o trabalho procura responder a partir do estudo dos casos de Sapé, Pedras de Fogo e Alhandra.

4.1 Impactos da criação de assentamentos sobre o comércio e a feira livre na cidade de Sapé

Sapé é um centro urbano da Zona da Mata paraibana com população aproximada de 35 mil habitantes, situado na microrregião do mesmo nome, a 54 quilômetros da capital do estado. Sua feira e o seu comércio apresentam, tradicionalmente, certo dinamismo. Esse dinamismo é atribuído: a) a sua privilegiada situação geográfica (situa-se em uma área intermediária entre a Zona da Mata e o Agreste); b) à presença no município do qual é sede, de uma das mais tradicionais usinas de açúcar do estado, a usina Santa Helena; c) ao fato do município se constituir em um dos maiores produtores de mandioca e abacaxi do estado e em um importante centro de comercialização desses produtos.

O fechamento da usina no início dos anos 90, bem como a retração da lavoura do abacaxi determinada por questões de mercado, repercutiu de forma muito negativa no dinamismo do comércio local. Parcela significativa da população residente na sua periferia urbana é constituída de ex-moradores da zona rural (expulsos do campo no auge

do Proalcool) convertidos em assalariados da cana e do abacaxi (GESTAR, 1985) e de migrantes sazonais que vinham do Agreste na época da colheita para trabalhar no corte da cana. A crise das duas mais importantes atividades do município destituiu essa população de sua principal fonte de emprego e renda. Isso se refletiu de forma muito negativa sobre o comércio e as feiras livres.

A instalação de seis assentamentos no município de Sapé e de outros oito assentamentos no município vizinho de Cruz do Espírito Santo, entre 1995 e 1998, constituiu-se em um elemento importante de atenuação dos efeitos da crise da economia agrícola sobre as atividades urbanas municipais.

Segundo alguns comerciantes e comerciantes entrevistados, a criação dos assentamentos na zona rural do município e nos municípios vizinhos constituiu “a tábua de salvação para o comércio local” no enfrentamento da crise do emprego gerada pela falência e fechamento da usina. Eles consideram que houve uma melhora das vendas e um crescimento do número de estabelecimentos comerciais para atender a demanda dos assentamentos. Eles fazem inclusive menção não só aos assentados individualmente como às associações de pequenos produtores assentados como potenciais consumidores dos seus produtos. Alguns depoimentos exprimem essas opiniões:

“Com a criação dos assentamentos melhorou o comércio, a venda dos produtos aumentaram e houve um crescimento das casas comerciais que vendem remédios, material de construção e produtos agrícolas. Foram abertas 7 casas de produtos agrários, 6 farmácias e muitas casas comerciais” (depoimento do Sr. Armando Pedrosa, funcionário da Farmácia Central. Sapé, out. 2000).

“Melhorou porque agora eles estão com meios para comprar para eles. As associações também compram aumentando nossas vendas”. (depoimento da Sra. Maria do Ro-

sário de Souza, gerente da loja Guará Móveis. Sapé, out. 2000).

Para os feirantes, a criação dos assentamentos no município melhorou as condições da feira, dando-lhe maior dinamismo, ainda que não tenha contribuído para a ampliação do seu tamanho. O impacto maior se deu no crescimento da oferta de frutas, verduras, inhame e feijão verde e nos preços mais baratos, conforme depoimento abaixo:

“A gente compra mais barato e vende também mais barato” (depoimento do Sr. João Batista Neto, comerciante de inhame na feira. Sapé, out. 2000)

Na feira de Sapé, foram identificados feirantes que são assentados nos Projetos de Assentamento de Dona Helena e Boa Vista, situados no próprio município, e no Projeto de Assentamento Canudos, localizado em Cruz do Espírito Santo.

Outro aspecto interessante observado foi a frequência de feirantes que comercializam os produtos oriundos das áreas de assentamento de Sapé. De onze entrevistados, seis enquadraram-se nesse grupo. A aquisição dos produtos é feita seja diretamente nos assentamentos pelos próprios feirantes seja através de produtores dos assentamentos e ainda diretamente ao produtor na feira.

Quanto aos consumidores entrevistados na feira livre, a maioria fez referência ao aumento da oferta dos produtos e a sua diversificação atribuindo essas mudanças à criação dos assentamentos.

4.2 Impactos da criação de assentamentos sobre o comércio e a feira livre na cidade de Pedras de Fogo

O município de Pedras de Fogo situa-se na microrregião do Litoral Sul da Paraíba, a 52 km de distância da capital do estado. Uma particularidade de Pedras de Fogo é sua integração com o município pernambucano de Itambé. Na verdade, as sedes dos dois municípios formam um único aglomerado urbano. Apenas um marco formado por uma linha reta de pedra ao longo do calçamento da rua principal repre-

senta o limite entre as duas cidades e, conseqüentemente, a fronteira entre os Estados da Paraíba e Pernambuco.

Os estímulos do Proalcool à implantação de uma destilaria de álcool no município, a Destilaria Giasa (Gramame Industrial e Agrícola, do grupo Arthur Tavares de Melo, de Pernambuco), e da destilaria Agroindustrial Tabu (no município vizinho de Caaporã), bem como a influência das Usinas Central Olho d'Água e Cia. Açucareira de Goiana⁹ transformaram Pedras de Fogo num município canavieiro por excelência. O avanço da cana sobre o território municipal, porém, se fez às custas da expulsão de moradores, posseiros e foreiros.

Como resultado desse processo, observou-se, de um lado, um crescimento urbano significativo entre 1970 e 1980 (a população urbana apresentou no período um crescimento da ordem de 63,5% tendo passado de 4.876 para 7.973 habitantes) caracterizado pela formação de extensas "pontas de rua", habitadas essencialmente por canavieiros (MOREIRA et al., 1997). De outro lado, verificou-se o fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais e da luta de resistência à expulsão-expropriação apoiada principalmente pela Igreja Católica (através do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba e da Comissão Pastoral da Terra) e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município. Essas lutas adentraram a década de 90 e culminaram com a desapropriação de 4.234,9 hectares de terra que originaram 10 Projetos de Assentamento (v. tabela 2).

A criação desses assentamentos foi responsável por uma melhoria significativa do desempenho das lavouras alimentares tradicionais (feijão, mandioca, milho, batata-doce). Entre 1985 e 1995, a área cultivada com esses produtos cresceu 223,7% e a quantidade produzida aumentou em 438,8% (TARGINO e MOREIRA, 1998: p. 90). Pode-se atribuir aos mesmos a atenuação do êxodo rural, uma vez que eles contribuíram para reter parcela da população rural no campo.

No que se refere aos impactos da criação dos Projetos de Assentamento sobre o espaço urbano, pode-se enumerar, com base nas informações obtidas na pesquisa de campo:

⁹ Situadas no estado de Pernambuco, mas com terras no município.

a) dinamização e crescimento do comércio local com destaque para a feira livre. Verificou-se que para Pedras de Fogo converge a produção de todos os assentamentos situados na sua zona rural e de alguns assentamentos situados no município vizinho de Cruz do Espírito Santo. A maioria dos comerciantes, feirantes e consumidores entrevistados (40, entre 45 entrevistados) afirmaram que a instalação dos PA's no município e vizinhança foi responsável pela dinamização e crescimento do comércio local com destaque para a feira livre. Teria se verificado um aumento do número de lojas para atender o crescimento da demanda dos assentamentos e teria crescido a oferta de emprego como se pode perceber a partir dos depoimentos abaixo:

“Com a criação dos assentamentos o comércio da cidade melhorou. Esse pessoal com dinheiro compra diretamente em nossas lojas, melhorando o comércio. As pessoas que têm um poder de compra maior vão comprar em João Pessoa. Depois que eu cheguei (1999), abrii outras duas lojas. Eles compram diretamente em minha loja e com a criação dos assentamentos a população aumentou, consequentemente meus negócios melhoraram” (depoimento de Ieda Ribeiro de Matos, proprietária da Loja da Margarida especializada no comércio de calçados, confecções e miudezas. Pedras de Fogo, out.2000).

“Com a criação dos assentamentos o comércio melhorou. As pessoas não precisam ir para fora para comprar. A feira livre cresceu e o número de farmácias aumentou: antes só tinha três e hoje o município tem sete. Hoje a cidade tem mais gente e com isso meus negócios aumentaram” (depoimento do Sr. Edilson Jerônimo de Melo proprietário da Farmácia Central. Pedras de Fogo, out. 2000)

“Sim com os assentamentos aumentou o número de pessoas comprando, eu tive que colocar duas pessoas para me ajudar porque o movimento aumentou” (depoimento do Sr. João Prudêncio, dono de uma barraca de verdura na feira livre. Pedras de Fogo, out.2000)

Os entrevistados que consideraram que a criação do assentamento piorou a situação do comércio fizeram referência à falta de dinheiro da população para adquirir seus produtos e/ou à diminuição das vendas (apenas dois entrevistados). Três entrevistados consideraram que a criação dos assentamentos não promoveu qualquer alteração no comércio local, um deles declarou que “o comércio cresceu, mas não foi por causa dos assentamentos e sim, por que a Prefeitura começou a pagar a seus funcionários direitinho” (depoimento da Sra. Etelvina Belarmino Gonçalves, proprietária de uma loja de confecções. Pedras de Fogo, out. 2000).

Quinze consumidores entrevistados na feira foram unânimes em atribuir à criação dos assentamentos o aumento da oferta de mercadorias, a queda dos preços dos gêneros alimentícios, o crescimento do espaço físico ocupado pela feira e até a melhoria da qualidade dos produtos ofertados. Tantos os consumidores como outros entrevistados (representante do poder local e do STR, feirantes e comerciantes) fazem referência ao aumento do tempo de funcionamento da feira (antes era só pela manhã, agora dura o dia inteiro) e ao aumento dos dias de sua ocorrência (antes havia apenas uma feira na segunda-feira, agora, além desta tem outras duas sendo uma na quinta-feira e outra no sábado). Eles atribuem estas mudanças ao aumento do fluxo de consumidores decorrente do aumento da população vinda de fora para os assentamentos.

Há uma queixa dos comerciantes com a “compra fiado” dos assentados que “só pagam quando o governo libera os recursos de financiamento” (depoimento de Edilson Jerônimo de Melo, proprietário da Farmácia Central. Pedras de Fogo, outubro de 2000). Essa seria uma dificuldade imposta por este novo tipo de consumidor com a qual deve lidar o comerciante.

Os feirantes “por profissão” reclamam da “concorrência de seus produtos com os assentados”. Eles afirmam que os assentados, por não pagarem impostos, podem vender os produtos a preços mais competitivos e isto prejudica o comerciante que paga o imposto, pois estes não têm como rebaixar os preços. Essa mesma queixa foi notificada entre alguns comerciantes de produtos alimentícios do comércio local.

Outro aspecto que chamou a atenção foi a dinâmica da comercialização dos produtos oriundos dos assentamentos. Segundo o Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Pedras de Fogo, há não só um processo de circulação das mercadorias produzidas dos PA's nas feiras de vários municípios como também um movimento de integração da sua produção. Ele explica este processo da seguinte maneira:

“A produção dos assentamentos sai de feira em feira não se fixa apenas em Pedras de Fogo. O pessoal daqui faz a feira dos municípios vizinhos de Timbaúba (PE), Goiana (PE), Alhandra (PB), Caaporã (PB). O pessoal dos assentamentos dos municípios vizinhos faz a feira aqui e também nos outros municípios circunvizinhos. Há uma integração entre os municípios através desse comércio e ao mesmo tempo um movimento ciganos da produção, da comercialização” (depoimento do Sr. Francisco Pedro Veloso Alencar, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Pedras de Fogo, Pedras de Fogo, setembro de 2000).

4.3. Impactos da criação de assentamentos sobre o comércio e a feira livre na cidade de Alhandra

O município de Alhandra não tem tradição canavieira. A instalação na década de 70 de uma destilaria autônoma de álcool no município vizinho de Caaporã determinou profundas mudanças no seu

espaço agrário na medida em que propiciou o avanço da cultura da cana sobre os tabuleiros e várzeas, anteriormente consagrados à policultura alimentar ou redutos da Mata Atlântica e da vegetação de cerrado. A resistência camponesa ao processo de expansão da cana e à expulsão foi responsável pela desapropriação entre 1976 e 2001 de 10.035,7 hectares de terra, que originaram seis Projetos de Assentamento, onde foram instaladas 622 famílias. A apenas oito quilômetros da sua sede municipal, já em terras do município vizinho de Pitimbu, a luta de resistência e de ocupação dos trabalhadores resultou na desapropriação de mais 3.171 hectares que originaram mais seis Projetos de Assentamento, onde se instalaram 508 famílias. Em virtude das condições das estradas, os assentados desses seis projetos têm maior articulação com Alhandra do que com Pitimbu.

A produção agropecuária dessas doze áreas converge em grande parte para a cidade de Alhandra (outra parte tem como destino o mercado de Goiana, cidade pernambucana situada ao sul de Pitimbu, onde os trabalhadores também fazem compras) contribuindo para dinamizar o comércio e a feira livre local.

O depoimento da maioria dos comerciantes entrevistados atribuiu o aumento do número de casas comerciais e o aumento do movimento do comércio (crescimento das vendas) tanto à melhoria do padrão de renda da população assentada, como a melhor distribuição de renda no município decorrente do aumento do número de pequenos agricultores rurais através dos assentamentos. Alguns depoimentos explicitam tais argumentos:

“Com a criação dos assentamentos melhorou o comércio porque aumentou o número de casas comerciais e melhorou o meu negócio porque aumentou o movimento em meu mercadinho” (depoimento da Sra. Vânia Célia B. da Silva, proprietária de um mercadinho. Alhandra, out. 2000).

“O comércio melhorou de 100%. Há um maior fluxo de famílias onde o poder de com-

pra dessas famílias aumentou”. (depoimento da Sra. Vera Lúcia Lucena Barbosa proprietária de uma farmácia. Alhandra, out. 2000)

“O comércio melhorou. A distribuição de renda não ficou em uma só pessoa, agora as pessoas têm direito de plantar e comprar. Se fosse um fazendeiro só ele só compraria em outro lugar” (depoimento do Sr. Severino Rufino Santana Neto, proprietário da loja de produtos agropecuários “Comercial Ferreira Costa”. Alhandra, out. 2000).

“O comércio melhorou. Antes só existia mercearia, hoje a cidade tem lojas de móveis, ferragens, material de construção, farmácia, etc. Contribuiu para que eu abrisse meu negócio. Se não fossem os assentamentos eu não estava aqui. O melhor dia da semana é o dia de feira; é quando os assentados vêm comprar mais” (depoimento do Sr. Severino Rufino Santana Neto, proprietário da loja de produtos agropecuários “Comercial Ferreira Costa”. Alhandra, out. 2000).

Essa percepção dos impactos da criação dos assentamentos sobre o comércio formal apresentada por comerciantes entrevistados não se reproduz com a mesma unanimidade entre os feirantes. Estes, na sua maioria, se queixam da queda dos preços dos produtos e da concorrência com a feira de Goiana, para onde escoam parte significativa da produção dos assentamentos seja através da venda direta realizada pelo assentado na feira seja por meio de atravessadores.

Como Goiana é um pólo regional, sua feira é muito maior do que a de Alhandra. Isto leva os assentados a não só dirigirem sua produção para lá, como a empregar os recursos obtidos com a venda dos produtos no próprio local, ali fazendo suas compras. Isso segundo os

entrevistados, contribui para enfraquecer a feira de Alhandra, fazendo com que os feirantes considerem que os assentamentos não colaboraram para alterá-la no sentido do aumento do movimento e das vendas.

Apontam também o corte do crédito decorrente do alto grau de endividamento dos assentados de algumas áreas, sendo o exemplo mais gritante o do Projeto Nova Vida, como responsável pelo aumento da procura da “compra fiado”, impactando sobre as atividades comerciais do município. Isto porque o crédito é negado aos devedores inibindo o consumo.

Para os consumidores entrevistados, o principal impacto dos assentamentos sobre a feira foi a diversificação das mercadorias comercializadas e o abaixamento dos preços. Eles não observam nenhuma outra mudança, inclusive não fazem referência ao crescimento da feira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia uma série de impactos sobre a dinâmica do espaço urbano decorrentes da presença de Projetos de Assentamento em cidades por eles polarizadas. Vale a pena ressaltar: a) o crescimento do dinamismo do comércio através do aumento da demanda por produtos farmacêuticos, por insumos agrícolas, por produtos de vestuários e alimentícios, entre outros; b) a expansão e diversificação da oferta de produtos nas feiras livres; c) a disputa entre cidades vizinhas pela produção dos assentados e pelo lugar de consumo dos mesmos (ex. de Goiana em Pernambuco e Alhandra e Pitimbu na Paraíba); d) o fortalecimento da economia urbana das cidades com as quais mantêm maiores ligações, em virtude tanto do crescimento da demanda por produtos nelas comercializados quanto pelo provimento de bens gerados nos assentamentos.

É importante também mencionar o aumento da pressão sobre a demanda de serviços, sobretudo nas áreas de assistência técnica, de educação e de saúde. Foi referenciado também pelos entrevistados, o aumento da frota de automóveis de aluguel para transportar os assentados da área de assentamento para a cidade e desta para os assentamentos da frota de moto-táxi também muito utilizada pelos assentados em todos os municípios pesquisados.

O fluxo de pessoas e transportes nos núcleos urbanos durante os festejos religiosos, as comemorações e os eventos locais, bem como a procura de serviços de assistência médica, bancário, educacional, deu vida a muitas cidades da região que, durante muito tempo, pareciam estagnadas e gerou novas atividades e empregos.

Os impactos acima descritos são mais significativos, uma vez que têm contribuído para minorar os efeitos negativos da crise da atividade açucareira sobre a economia urbana regional. O acesso mais fácil ao crédito de custeio e de investimento por parte dos trabalhadores assentados tem desempenhado um papel de destaque na criação e no fortalecimento da demanda dirigida para o comércio urbano desses municípios.

Conclui-se pela importância da pequena produção familiar para a dinamização das atividades urbanas nas cidades de pequeno e médio porte da Zona da Mata Paraibana, com destaque para as atividades comerciais e as feiras livres, com repercussões sobre as atividades de serviço.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.C.de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.
- BANDEIRA, Lourdes, MIELE, Neide, GODOY, Rosa. Eu marcharei na tua luta. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.
- BENEVIDES, Cesar. Camponeses em marcha. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.
- FIBGE. Censo Demográfico, 2000.
- GALVÃO, Paulo Francisco Monteiro. A feira livre em João Pessoa: evolução e mudanças sociais (período 60/90). João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1994.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.
- GESTAR. Saúde e trabalho na zona rural da Paraíba: o caso de Sapé. João Pessoa: Relatório de Pesquisa, 1985.
- INCRA. Quadro demonstrativo dos Projetos de Assentamento. João Pessoa: Incra, 2001.
- INTERPA. Relação dos Assentamentos criados pelo Governo Estadual da Paraíba. João Pessoa: INTERPA, 2001.
- ISNARD, Hidelbert. L'espace géographique. Paris: PUF, 1978.
- LEMONS, Francisco de Assis. Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponeses e o golpe de 64. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina / Editora da UFPB, 1996.

MAIA, Doralice Sátyro. Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2000.

MELO, Mário Lacerda de. O açúcar e o homem no Nordeste. Recife, IJNPS, 1975.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.
Demonstrativo das áreas desapropriadas, 1965 –2001.

MOREIRA, Emilia. Por um pedaço de chão. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emilia et al. Os caras pintadas de suor e da fuligem da cana. João Pessoa: Relatório técnico de pesquisa. DGEOC/UFPB/CNPq, 1995.

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

_____. Crise do Proalcool e emprego rural na Paraíba. João Pessoa: Relatório de Pesquisa. UFPB/CNPq, 1997.

PRADO, Caio. Evolução política do Brasil. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1933.

TARGINO, Ivan e MOREIRA, Emilia. Políticas públicas e desenvolvimento municipal: o caso da Paraíba. João Pessoa: Relatório de Pesquisa. Curso de Mestrado em Economia/UFPB; Centro Josué de Castro –PE; SUDENE. Maio, 1998.

WANDERLEY, M. de Nazaré B. L'économie sucrière de Pernambouc. Nanterre: Université de Paris X, thèse de doctorat de 3^{ème} Cycle, 1975.